Brasília, 09/05/16

SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO DF

CUT, CTB E INTERSINDICAL CONVOCAM,

10 DE MAIO

Dia Nacional de Paralisação Contra o Golpe

Servidor, não se deixe enganar, os golpistas querem anular a incorporação das gratificações e o reajuste em agosto! Se Cunha é criminoso, o impeachment também é. Não ao golpe! Não à política dos golpistas! Dilma, retire o PLP 257!

Ao retirar Eduardo Cunha da presidência da Câmara o STF também deveria ter anulado o impeachment.

Pois é público e notório que Eduardo Cunha instaurou o impeachment justamente para "interferir nos trabalhos do Conselho de Ética".

Servidor, o golpe não é apenas contra um governo ou um partido. O golpe visa a aplicar o programa dos derrotados nas eleições em benefício dos grandes empresários, dos banqueiros e das multinacionais.

Ajuste fiscal, arrocho sobre os servidores, privatizações, desmonte do serviço público, esse é o programa dos golpistas que querem:

1) Aumentar a idade para aposentadoria.

- 2) Limitar recursos para verbas de custeio redução de recursos para despesas com pessoal.
- 3) Fim das vinculações constitucionais orçamentárias para despesas com saúde e educação.
- 4) Fim das indexações para reajuste salarial, ameaçando em particular o salario mínimo.
- 5) Privatizações, entrega do présal às multinacionais.
- 6) Retirada de direitos trabalhistas: "prevalece o negociado sobre o legislado".

Temer já "nomeou" Romero Jucá como ministro do planejamento com a "missão" de rever o reajuste dos servidores negociado pelo governo Dilma e o acordo de incorporação das gratificações. Esse é o conteúdo do golpe!

Sob pressão da CUT e Condsef, com a participação do Sindsep-DF, o governo aceitou congelar a tramitação do PLP 257 que só voltará a entrar em pauta se o golpe for consumado.

Na resistência ao golpe, os servidores exigem que a Presidente Dilma retire o PLP 257.

Neste 10 de maio, Dia Nacional de Paralisação, vamos realizar assembleias na entrada de todos os locais de trabalho.

Vamos discutir a grave situação que vive nosso país e defender a democracia, contra o golpe.

Ao lado dos trabalhadores do setor privado, vamos defender os servidores e o serviço público para barrar o golpe e o programa dos golpistas.

DIA NACIONAL DE PARALISAÇÃO

A TAREFA É LUTAR CONTRA O GOLPE

9h - Assembleias nos locais de trabalho

12h30 – Concentração no Espaço do Servidor para participar das atividades convocadas pela CUT na Esplanada dos Ministérios

NOTA DA CUT SOBRE O PLP 257/2016

Decisão do governo de abrir diálogo com os servidores públicos é resultado de pressão da CUT

A CUT manifestou-se radicalmente contra o PLP 257/2016. Apesar de compreender a gravidade do problema fiscal envolvendo a dívida dos estados com a União e a importância de solucioná-lo, contestou o conteúdo das medidas contidas no projeto. Na base desse repúdio está a constatação de que o projeto de lei penalizava severamente os servidores públicos com o arrocho salarial, a precarização as relações de trabalho, além de prejudicar a qualidade dos já combalidos serviços públicos. A possibilidade de privatização de empresas estatais e a alteração da política de valorização do salário mínimo foram outros pontos que levaram a CUT a pressionar o governo federal e Congresso por mudanças no PLP 257/2016.

Como resultado dessa pressão, a CUT considera positivo o anúncio feito pelo governo federal, através do Ministro de Relações Institucionais, Ricardo Berzoini, de que ao encaminhar o debate mais geral do projeto, não vai insistir na votação das suas partes polêmicas, ou seja, as condicionalidades para a renegociação das dívidas com os Estados, abrindo espaço de diálogo com os servidores públicos, com quem pretende encontrar uma solução negociada para os pontos que afetam diretamente seus interesses.

A CUT mantém-se fiel à sua tradição de defesa incondicional dos interesses da classe trabalhadora e de estar sempre aberta ao diálogo e à negociação. Estará atenta à agenda e aos encaminhamentos sinalizados pelo governo federal:

- 1. Retirar todas as partes que tem polêmicas com os servidores;
- 2. Retirar do PLP as condicionalidades que causam prejuízos aos trabalhadores;
- 3. Retirar o regime de urgência do PLP 257/2016;
- 4. Ter como referência para as alterações no PLP a Emenda 119 do deputado federal Afonso Florêncio do PT/ BA .
- 5. Retomar a discussão e a negociação após votação do impeachment.

ACUT, solidariza-se aos servidores públicos na defesa de políticas públicas que valorizam o trabalho e a qualidade do serviço prestado à população. A luta continua!

Vagner Freitas Presidente Sergio Nobre Secretário Geral Pedro Armengol Secretário Adjunto de Relações do Trabalho